



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa
Europski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

O DIREITO DAS SOCIEDADES

O direito das sociedades europeu encontra-se parcialmente codificado, relativamente a alguns aspetos, na Diretiva (UE) 2017/1132 e os Estados-Membros continuam a aplicar legislações diferentes relativas às sociedades, alteradas periodicamente, a fim de respeitar as diretivas e os regulamentos da UE. Os esforços em curso tendo em vista estabelecer um direito das sociedades moderno e eficaz, bem como um quadro para o governo das sociedades, destinados às empresas europeias, aos investidores e aos trabalhadores, têm por objetivo melhorar o ambiente empresarial na UE.

BASE JURÍDICA

Artigos 49.º, 50.º, n.ºs 1 e 2, alínea g), e 54.º, segundo parágrafo, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

OBJETIVOS

Um quadro de governação eficaz das sociedades contribui para criar um ambiente empresarial positivo a nível da UE no mercado interno. O objetivo da harmonização do direito das sociedades é promover a realização da liberdade de estabelecimento (Título IV, capítulo 2, TFUE) e aplicar o direito fundamental consagrado no artigo 16.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a liberdade de empresa, dentro dos limites do artigo 17.º da Carta (direito de propriedade) (ver ficha [4.1.2.](#)).

O artigo 49.º, segundo parágrafo, do TFUE garante o acesso às atividades não assalariadas e o seu exercício, bem como a constituição e a gestão de empresas e designadamente de sociedades (ver ficha [2.1.4.](#)).

O objetivo das regras da UE neste domínio é permitir a criação de empresas em qualquer parte da UE, usufruir da liberdade de circulação das pessoas, serviços e capitais (ver ficha [2.1.3.](#)), assegurar a proteção dos acionistas e de outras partes com um interesse especial nas sociedades, tornar as empresas mais competitivas e incentivar as sociedades a uma cooperação transfronteiriça (ver ficha [2.1.5.](#)).

O mercado interno implica a criação de empresas de dimensão europeia. Existem atualmente cerca de 24 milhões de sociedades em toda a UE, das quais cerca de 80 % são sociedades de responsabilidade limitada. Apesar de cerca de 98-99 % das empresas de responsabilidade limitada serem PME, as empresas devem poder agir em toda a UE de acordo com um quadro jurídico uniforme.



REALIZAÇÕES

A. Obrigações comuns mínimas

Embora não exista um direito das sociedades europeu codificado, a harmonização das regras nacionais em matéria de direito das sociedades criou algumas normas mínimas, abrangendo domínios como a proteção dos interesses dos acionistas e respetivos direitos, regras em matéria de ofertas públicas de aquisição para as sociedades anónimas, a publicidade das sucursais, as fusões e cisões, as normas mínimas aplicáveis às sociedades de responsabilidade limitada com um único sócio, as exigências de informação financeira, bem como a contabilidade, um acesso mais fácil e mais rápido à informação sobre as sociedades e determinados requisitos de publicidade para as empresas.

1. Criação de uma empresa, requisitos de fundos próprios e obrigações em matéria de informação

A primeira diretiva do Conselho (Diretiva 68/151/CEE) data de 1968, tendo sido alterada por várias vezes (mais recentemente pela Diretiva 2012/17/UE e pela Diretiva (UE) 2017/1132). Esta diretiva visa prestar ao público um acesso mais fácil e mais rápido à informação sobre as sociedades e trata, entre outras questões, da validade das obrigações contraídas pela sociedade e da nulidade da sociedade. É aplicável a todas as sociedades anónimas e de responsabilidade limitada. Uma segunda diretiva do Conselho (Diretiva 77/91/CEE de 1976, substituída pela [Diretiva 2017/1132/UE](#)), refere-se apenas às sociedades anónimas. Ao abrigo das suas disposições, a constituição destas sociedades exige um capital social mínimo (atualmente 25 000 euros), concebido como garantia dos credores e contrapartida da responsabilidade limitada dos sócios. Estão também previstas regras relativas à manutenção e alteração do capital e um conteúdo mínimo para qualquer ato constitutivo de uma sociedade anónima. A 12.^a Diretiva relativa ao direito das sociedades (2009/102/CE, de 16 de setembro de 2009) prevê um quadro para as sociedades de responsabilidade limitada com um único sócio, em que todas as ações são detidas por um único acionista.

2. Atividades das sociedades que envolvam mais de um país

A 11.^a Diretiva sobre direito das sociedades (89/666/CEE alterada) estabelece requisitos de publicidade para as sucursais das sociedades estrangeiras. Cobre as sociedades da UE que criam sucursais noutro país da União ou sociedades de países terceiros que criam sucursais na UE. A Diretiva 2014/86/UE do Conselho, de 8 de julho de 2014, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mãe e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes, introduz regras fiscais neutras relativamente à concorrência para agrupamentos de sociedades de Estados-Membros diferentes. Deixa de existir dupla tributação dos dividendos distribuídos por uma sociedade afiliada num Estado-Membro à sua sociedade-mãe noutro Estado-Membro (ver também a Diretiva 2008/7/CE do Conselho, de 12 de fevereiro de 2008, relativa aos impostos indiretos que incidem sobre as reuniões de capitais).

A Diretiva 2004/25/CE relativa às ofertas públicas de aquisição tem por objetivo estabelecer orientações mínimas para as aquisições de sociedades sujeitas ao direito dos Estados-Membros. Fixa normas mínimas para as ofertas públicas de



aquisição ou as mudanças de controlo e visa proteger os acionistas minoritários, os trabalhadores e outras partes interessadas. A Diretiva 2012/17/UE trata da interconexão dos registos centrais, dos registos comerciais e dos registos das sociedades (registos de empresas). Altera três diretivas relativas ao direito das sociedades: 89/666/CEE, 2005/56/CE e 2009/101/CE (agora todas revogadas e substituídas pela Diretiva (UE) 2017/1132, de 14 de junho de 2017). Além disso, o [Regulamento de Execução \(UE\) 2015/884 da Comissão](#) estabelece as especificações técnicas e os procedimentos necessários para o sistema de interconexão dos registos das empresas.

3. Reestruturação das sociedades (fusões e cisões a nível nacional, transferência da sede social)

Aquando das reestruturações (fusões e cisões), são asseguradas aos acionistas e a terceiros as mesmas garantias. A Diretiva 2011/35/UE (que revoga a 3.^a diretiva do Conselho (78/855/CEE) relativa à fusão das sociedades anónimas) prevê a proteção dos acionistas, credores e trabalhadores. A 6.^a Diretiva do Conselho (82/891/CEE) relativa às cisões de sociedades anónimas (alterada pela Diretiva 2007/63/CE, no que respeita à exigência de um relatório de peritos independentes aquando da fusão ou da cisão de sociedades anónimas, e pela Diretiva 2009/109/CE, a fim de simplificar os requisitos em matéria de relatórios e documentação) encontra-se agora codificada pela [Diretiva \(UE\) 2017/1132](#)^[1]. A possibilidade de operar para além das fronteiras nacionais faz parte do ciclo de vida natural de uma empresa. Tal inclui a realização de uma fusão, cisão ou transformação transfronteiriça, o que pode significar a possibilidade de sobreviver e de crescer, por exemplo, através da exploração de novas oportunidades de negócio noutros Estados-Membros ou da adaptação à evolução das condições do mercado. Em abril de 2019, o Parlamento Europeu aprovou alterações à proposta da Comissão de alteração da Diretiva (UE) 2017/1132 no que diz respeito às transformações, fusões e cisões transfronteiriças, que previa regras adicionais para as fusões transfronteiriças das sociedades de responsabilidade limitada estabelecidas num Estado-Membro e propôs novas simplificações a aplicar às três operações^[2]. Além disso, no que diz respeito a essas operações, o texto acordado prevê regras semelhantes em matéria de direitos de participação dos trabalhadores e procura garantir que os trabalhadores sejam informados adequadamente e consultados sobre o impacto esperado. Os direitos dos acionistas minoritários e dos acionistas sem direito de voto beneficiarão de uma maior proteção, ao passo que os credores das empresas em causa beneficiam de salvaguardas mais claras e mais fiáveis.

A 10.^a Diretiva relativa ao direito das sociedades (2005/56/CE), relativa às fusões transfronteiriças das sociedades de responsabilidade limitada, visa facilitar as fusões transfronteiriças entre sociedades de capitais. A transferência de sedes de sociedades anónimas de um Estado-Membro para outro, bem como a sua fusão ou cisão, é um elemento inerente à liberdade de estabelecimento garantida pelos artigos 49.º

[1]Diretiva (UE) 2017/1132 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017, relativa a determinados aspetos do direito das sociedades (JO L 169 de 30.6.2017, p. 46).

[2]Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 18 de abril de 2019, sobre a proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva (UE) 2017/1132 no que respeita às transformações, fusões e cisões transfronteiriças, Textos aprovados, [P8_TA\(2019\)0429](#).



e 54.º do TFUE (acórdão Cartesio do Tribunal de Justiça da União Europeia^[3]). No entanto, o princípio da liberdade de estabelecimento não permite que uma sociedade se transfira do seu Estado-Membro de origem para outro Estado-Membro, preservando simultaneamente a sua capacidade jurídica. Por conseguinte, o Parlamento apelou reiteradamente à elaboração de uma proposta sobre transferência transfronteiriça da sede social (14.ª diretiva relativa ao direito das sociedades). A questão da transferência transfronteiriça das sedes das sociedades continua por resolver. No processo C-106/16 Polbud, o Tribunal de Justiça, pronunciando-se sobre uma questão prejudicial, especificou melhor a «liberdade de estabelecimento», precisando que se aplica igualmente à transferência da sede de uma sociedade constituída em conformidade com a legislação de um Estado-Membro para o território de outro Estado-Membro, para efeitos da sua transformação.

4. Garantias sobre a situação financeira das sociedades

Para que a informação fornecida pelos documentos contabilísticos seja equivalente em todos os Estados-Membros, as 4.ª, 7.ª e 8.ª diretivas (78/660/CEE, 83/349/CEE e 84/253/CEE) foram substituídas pelas Diretivas [2006/43/CE](#) e [2013/34/UE](#)^[4], que preveem que os documentos relativos às contas sociais (contas anuais, contas consolidadas e aprovação das pessoas responsáveis pela revisão legal dos documentos contabilísticos) forneçam uma imagem fiel do património, do passivo, da situação financeira e dos resultados das sociedades. A Diretiva 2006/43/CE tem como objetivo reforçar a fiabilidade das demonstrações financeiras das sociedades estabelecendo requisitos mínimos aplicáveis à revisão legal das contas anuais e consolidadas. Além disso, por força da Diretiva 2013/34/UE, as sociedades cotadas da UE são obrigadas a fornecer, no âmbito do seu relatório anual, uma declaração sobre o governo da sociedade. O Regulamento (CE) n.º 1606/2002 relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, harmoniza a informação financeira apresentada pelas sociedades cujos títulos são negociados publicamente, para garantir a proteção dos investidores. A Diretiva 2009/49/CE simplifica os requisitos de informação financeira das microempresas, a fim de reforçar a sua competitividade e expandir o seu potencial de crescimento. O [Regulamento \(UE\) n.º 2015/848 de 20 de maio de 2015, relativo aos processos de insolvência](#) (baseado no artigo 81.º do TFUE para a cooperação em matéria de direito civil) ajuda a resolver conflitos de competência e de leis e garante o reconhecimento dos acórdãos em toda a UE. Contudo, não harmoniza as leis substantivas em matéria de insolvência dos Estados-Membros. Limita-se, sim, a estabelecer normas comuns sobre o tribunal competente para abrir processos de insolvência, o direito aplicável e o reconhecimento das decisões do tribunal. O principal objetivo consiste em evitar a transferência de ativos ou de ações judiciais de um Estado-Membro para outro Estado-Membro. Em março de 2019, o Parlamento e o Conselho chegaram a acordo sobre a proposta da Comissão de uma diretiva relativa aos quadros jurídicos em matéria de reestruturação preventiva^[5] (ou «segunda oportunidade para os empresários»). Esta diretiva procurará aumentar a eficiência dos processos de reestruturação, insolvência e quitação, bem como

[3]Acórdão de 16.12.2008, *Cartesio*, Processo C-210/06, ECLI:EU:C:2008:723, pontos 111-113 (TJUE).

[4]JO L 157 de 9.6.2006, p. 87; JO L 182 de 29.6.2013, p. 19.

[5][COM\(2016\)0723](#).



dar resposta às preocupações suscitadas por um grande número de investidores relativamente às regras em matéria de insolvência e ao risco de procedimentos de insolvência morosos ou complexos no estrangeiro, que identificam como o principal motivo para não investir fora do seu próprio país.

5. Exercício transfronteiriço de certos direitos dos acionistas

A [Diretiva 2007/36/CE](#) (alterada pelas diretivas 2014/59/UE e [\(UE\) 2017/828](#)) relativa ao exercício de certos direitos dos acionistas de sociedades cotadas elimina os principais obstáculos à votação transfronteiriça nas sociedades cotadas que têm sede social num Estado-Membro, introduzindo requisitos específicos em relação a vários direitos dos acionistas no âmbito da assembleia geral. A Diretiva estabelece também certos direitos dos acionistas de sociedades cotadas, incluindo o acesso em tempo útil a informações pertinentes sobre as assembleias gerais e o voto por procuração. A [Diretiva \(UE\) 2017/828](#) encoraja a participação dos acionistas e introduz requisitos em relação à identificação dos acionistas, à transmissão de informações, à facilitação do exercício dos direitos dos acionistas, à transparência dos investidores institucionais, dos gestores de ativos e dos consultores em matéria de votação, à remuneração dos administradores e às transações com partes relacionadas.

B. Entidades jurídicas da UE

As entidades jurídicas europeias são aplicáveis em toda a UE e coexistem com as nacionais.

1. Sociedade Europeia (SE)

Após um longo período de estagnação do dossiê (30 anos de negociações), o Conselho adotou os dois instrumentos legislativos necessários para a criação da Sociedade Europeia, ou seja, o [Regulamento \(CE\) n.º 2157/2001](#), relativo ao estatuto da Sociedade Europeia e a Diretiva 2001/86/CE que completa o estatuto da Sociedade Europeia no que respeita ao envolvimento dos trabalhadores. Tal permite que uma sociedade se constitua no território da União sob a forma de sociedade anónima, conhecida pela designação latina «Societas Europaea» (SE). Existem várias opções para sociedades de, pelo menos, dois Estados-Membros que pretendam constituir-se como SE: a fusão, a criação de uma companhia financeira, a constituição de uma filial ou a transformação em SE. Esta deve assumir a forma de uma sociedade de capitais por ações. Para garantir que essas sociedades tenham uma dimensão razoável, é fixado um capital mínimo de, pelo menos, 120 000 euros.

A Diretiva 2001/86/CE visa assegurar que a constituição de uma SE não implique a abolição ou a redução das práticas de envolvimento dos trabalhadores existentes nas sociedades participantes na constituição dessa SE.

2. Sociedade Cooperativa Europeia (SCE)

O Regulamento (CE) n.º 1435/2003 relativo ao estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia (SCE) estabelece um verdadeiro estatuto jurídico único da SCE. Permite a fundação de uma sociedade cooperativa por pessoas singulares residentes em diferentes Estados-Membros, ou por entidades jurídicas estabelecidas ao abrigo das legislações de diferentes Estados-Membros. Dotadas de um capital mínimo de 30 000



euros, estas novas SCE podem operar em todo o mercado interno com uma única personalidade jurídica, uma única regulamentação e uma única estrutura.

A Diretiva 2003/72/CE completa o estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia no que respeita ao envolvimento dos trabalhadores de uma SCE, a fim de assegurar que a constituição de uma SCE não implique a abolição ou a redução de práticas de envolvimento dos trabalhadores existentes nas sociedades participantes.

3. Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE)

O [Regulamento \(CEE\) n.º 2137/85](#) do Conselho cria um estatuto para os Agrupamentos Europeus de Interesse Económico (AEIE). O AEIE, que tem capacidade jurídica própria, oferece às sociedades de um Estado-Membro a possibilidade de cooperar com um objetivo comum (por exemplo, de facilitar ou desenvolver a atividade económica dos seus membros, mas não de realizar lucros para si próprio) com sociedades ou pessoas jurídicas de outros Estados-Membros, sendo os lucros repartidos entre os membros. Um AEIE não pode oferecer ao público a venda dos seus títulos.

4. Sociedades Unipessoais de Responsabilidade Limitada (SUP)

Em 10 de abril de 2014, a Comissão apresentou uma proposta (COM(2014)0212) de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às Sociedades Unipessoais de Responsabilidade Limitada (*Societas Unius Personae*). O objetivo dessa proposta era facilitar a criação de empresas com um acionista único através das fronteiras dos Estados-Membros da UE.

O PAPEL DO PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento conseguiu sempre alterar a legislação, nomeadamente para defender a participação dos trabalhadores nas sociedades ou para avançar para a criação de formas societárias europeias, a fim de facilitar as atividades transfronteiriças das empresas. Em fevereiro de 2007, Parlamento solicitou à Comissão que apresentasse uma proposta para uma sociedade privada europeia que satisfaça as necessidades das pequenas e médias empresas e preparasse uma revisão do estatuto da Sociedade Europeia, de modo a simplificar as disposições relativas à constituição dessas sociedades. Após a retirada das duas propostas de regulamento sobre a associação e a mutualidade europeias, o Parlamento Europeu convidou a Comissão a relançar esses projetos. Apelou igualmente à instituição de um quadro jurídico adequado para as fundações e as associações. Em 8 de fevereiro de 2012, a Comissão apresentou uma proposta de regulamento do Conselho relativo ao Estatuto da Fundação Europeia, «Fundatio Europaea» (FE), destinada a facilitar o trabalho destas organizações em prol do bem público em toda a UE.

Na sua [resolução de 14 de junho de 2012 sobre o futuro do direito europeu das sociedades](#), o Parlamento considera que as formas jurídicas de sociedade na UE que complementam as formas jurídicas existentes ao abrigo do direito nacional têm um potencial considerável e que devem ser objeto de um maior desenvolvimento. A fim de satisfazer as necessidades específicas das PME, o Parlamento solicitou à Comissão que desenvolvesse esforços adicionais com vista à adoção do [Estatuto da Sociedade Privada Europeia \(SPE\)](#). Em resposta à comunicação da Comissão sobre este tema,



o Parlamento aprovou uma resolução, em fevereiro de 2013, sobre uma estratégia renovada da UE relativa à responsabilidade social das empresas. A resolução do Parlamento, de 14 de março de 2013, sobre o Estatuto da Mutualidade Europeia continha recomendações à Comissão sobre este Estatuto. Por último, o Parlamento apelou, em numerosas ocasiões, à elaboração de uma diretiva relativa à transferência transfronteiriça da sede social, através de várias resoluções e perguntas orais nas quais lamenta a atual falta de regras comuns, o que compromete a mobilidade das empresas e, por conseguinte, a liberdade de estabelecimento^[6]. A Diretiva 2019/2121 de 27 de novembro de 2019 que altera a Diretiva (UE) 2017/1132 na parte respeitante às transformações, fusões e cisões transfronteiriças^[7] foi adotada no final de 2019.

Em abril de 2014, a Comissão apresentou uma proposta de diretiva relativa às sociedades unipessoais de responsabilidade limitada para facilitar a criação de empresas com um acionista único em toda a UE (em 7 de março de 2015, a Comissão retirou a sua proposta).

O Parlamento, na sua resolução, de 13 de junho de 2017, sobre as fusões e cisões transfronteiriças, chamou a atenção para os direitos dos acionistas minoritários e as regras em matéria de proteção dos credores, bem como para a morosidade e complexidade dos procedimentos necessários para concluir uma cisão transfronteiriça.

Foram recebidas pelo Parlamento várias petições relacionadas com a digitalização do direito das sociedades da UE e as operações transfronteiriças. Geralmente, a Comissão das Petições solicita à Comissão Europeia que lhe faculte informações relevantes ou o seu parecer sobre as questões levantadas pelo peticionário (ver ficha [4.1.5.](#)).

Em maio de 2017, o Parlamento aprovou uma resolução sobre o [Plano de ação para a administração pública em linha, em que convida a](#) Comissão a estudar novas formas de promover soluções digitais para as formalidades a respeitar durante o ciclo de vida de uma sociedade, tendo destacado a importância da interconexão dos registos de empresas^[8].

Em julho de 2019, o Parlamento aprovou a Diretiva que altera a Diretiva (UE) 2017/1132 no que respeita à utilização de ferramentas e processos digitais no domínio do direito das sociedades, que se destinam a facilitar a criação de empresas por meios eletrónicos e a promover as operações em linha ao longo dos ciclos de vida das empresas^[9]. De acordo com os dados fornecidos pela Comissão, atualmente apenas 17 Estados-Membros oferecem um conjunto completo de procedimentos de registo em linha às empresas, apesar de o registo em linha ser duas vezes mais rápido em média e poder ser até três vezes mais barato do que os formatos tradicionais em papel.

[6] Ver, por exemplo, as suas resoluções de 25 de outubro de 2007 sobre a Sociedade Privada Europeia e a Décima Quarta Diretiva relativa ao direito das sociedades» sobre a transferência da sede social (JO C 263 E de 16.10.2008, p. 671) e de 13 de junho de 2017 sobre fusões e cisões transfronteiriças (JO C 331 de 18.9.2018, p. 25).

[7] JO L 321 de 12.12.2019, p. 1.

[8] Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de maio de 2017, sobre o plano de ação europeu (2016-2020) para a administração pública em linha, JO C 307 de 30.8.2018, p. 2.

[9] [Diretiva \(UE\) 2019/1151 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, que altera a Diretiva \(UE\) 2017/1132 no respeitante à utilização de ferramentas e procedimentos digitais no domínio do direito das sociedades - JO L 186 de 11.7.2019, p. 80](#)



Udo Bux
01/2020

